

Nietzsche e a proto-genealogia
de *Aurora*: a moralidade do
costume e os sentimentos
morais

Nietzsche e a proto-genealogia
de *Aurora*: a moralidade do
costume e os sentimentos
morais

Nietzsche e a proto-genealogia
de *Aurora*: a moralidade do
costume e os sentimentos

morais Nietzsche e a proto-genealogia
de *Aurora*: a moralidade do
costume e os sentimentos

morais Nietzsche e a proto-gene
de *Aurora*: a moralidade
costume e os sentimento

morais Nietzsche e a pro
de *Aurora*: a mor
costume e os sen
morais

Nietzsche e a proto-genealogia de *Aurora*: a moralidade do costume e os sentimentos morais

Lucas Romanowski Barbosa
Universidade Federal de Goiás

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar uma perspectiva a respeito da obra *Genealogia da Moral* (1887), de Nietzsche, a partir de uma outra anterior, a saber, *Aurora* (1881). É possível perceber que ambas obras discutem acerca da moral – ou sobre preconceitos morais. A partir de duas discussões que são largamente desenvolvidas em *Aurora* – a moralidade do costume e os sentimentos morais – apresentaremos os pontos de encontro sobre as reflexões desta obra e o quanto já nela, seis anos antes, havia percepções fundamentais para a elaboração da obra de 1887. Alguns outros pontos de encontro também serão apresentados, como por exemplo, alguns termos ou frases que são praticamente repetidos em ambas.

PALAVRAS-CHAVE: Genealogia; Aurora; moralidade do Costume; sentimentos morais.

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos apresentar a relação próxima das ideias que a obra *Aurora* (1881) possui com a *Genealogia da Moral*¹ (1887). Ambas são tratadas em períodos diferentes da filosofia nietzschiana, a saber, período intermediário (1876 até 1882) e o período maduro (1882 até 1889)². Entretanto, existem diferenças entre esses períodos, e neste artigo trataremos apenas sobre suas diferenças estruturais. *Aurora* é uma obra composta por uma série de aforismos cujo subtítulo da obra nos faz entender qual o “tema” a ser tratado – “*Reflexões sobre os preconceitos morais*”. Uma obra que segue as anteriores do mesmo período³ em relação a sua forma constituída em vários aforismos, mas difere por conta de sua temática aparentemente, segundo o subtítulo que anunciamos acima, focada em um único ponto: a moral. Já a *GM* é composta por três dissertações (que são os “capítulos” do livro), cada uma contendo um “assunto” acerca do mesmo tema – que

1. Utilizaremos a abreviação ‘GM’ em alguns momentos para nos referirmos à obra.

2. “O primeiro período [da filosofia de Nietzsche] estaria situado, aproximadamente, entre os anos de 1870 e 1876. O segundo momento vai de 1876 a 1882, sendo seguido pela derradeira fase, iniciada em 1882 e abruptamente interrompida em 1889. Essa periodização é sobretudo determinada pela sequência das obras características de cada uma das fases.” (GIACOIA, 2000, p.15 e 16).

3. As obras em questão são: *Humano, Demasiado Humano* volumes I e II. O segundo volume é composto por “Opiniões e sentenças diversas” e “O Andarilho e sua sombra”.

também é a moral. Entretanto, os seis anos entre *Aurora* e a *Genealogia* fez com que a obra de 1887 ganhasse uma estrutura de ideias com mais fundamentos e reflexões, pois aqui já se conhece a perspectiva de Nietzsche sobre a moral principalmente por conta do conceito de *vontade de poder*⁴.

Dito isto, o que nos importará no desenrolar deste artigo será o que se pode perceber de proximidade das reflexões que ambos escritos parecem compartilhar. Logo no prólogo da *GM*, Nietzsche apresenta o tema da obra: “Meus pensamentos sobre a *origem*⁵ de nossos preconceitos morais – tal é o tema deste escrito polêmico⁶” (NIETZSCHE, 2015 p.7). Podemos perceber que, o que próprio filósofo determina como tema de sua genealogia é quase que integralmente o subtítulo da obra de 1881; assim é possível constatar a primeira aproximação em relação às obras – *o tema*. Para, então, prosseguirmos a nossa proposta, organizaremos o desenvolvimento em três momentos: (i) a partir da *moralidade do costume* [*Sittlichkeit der Sitte*] que está presente em alguns aforismos de *Aurora* e que também é citado na própria *GM* – inclusive no prólogo⁷; (ii) a partir dos *sentimentos morais* que apresentam significativa relevância em alguns aforismos-chave, ao nosso entendimento, e que nos permite, também, ligar a reflexão a partir deles com algumas das argumentações encontradas na obra de 1887. Discutiremos de maneira rápida um possível paralelo entre sentimentos morais e a má consciência; (iii) faremos um apanhado geral de outros possíveis pon-

4. Conceito importante para a filosofia de Nietzsche que vai balizar a própria perspectiva acerca da vida para o filósofo. “Para que o homem moderno possa ainda criar para além dele mesmo, é necessário que se aproprie dessa natureza, ou seja, de sua vontade de poder. Somente desse modo poderá realizar aquilo que, por meio dele, constitui o fervoroso desejo da vida.” (GIACOIA, 2000, p.34).

5. A palavra em alemão é “Herkunft” e não “Ursprung”. Ambas são relacionadas com o termo português “origem”, mas a primeira exprime a ideia de procedência, já a segunda nos apresenta a ideia de “essência”, de origem primeira. Não nos demoraremos aqui, mas é válido notar a diferença entre as palavras utilizadas, ambas traduzidas ao português com mesma palavra – “origem”. No §34 de *Aurora* (1881) (aforismo que citaremos neste trabalho), também será utilizado ‘Herkunft’ ao se tratar da ‘fundamentação do sentimento moral’. Sobre esses termos, ver Dalla Vecchia (2014).

6. “Polêmica” se refere ao próprio subtítulo da própria *GM*.

7. *GM* Prólogo §4

tos que não se podem deixar passar – mesmo que de forma rápida – como por exemplo quando o próprio filósofo cita alguma passagem na *GM* que tem uma reflexão comum a *Aurora*.

MORALIDADE DO COSTUME

Em *Aurora*, Nietzsche dedica um grande (se comparado a outros) aforismo a respeito da própria “moralidade do costume”, a saber, §9 intitulado “*Conceito da moralidade do costume*”. Na segunda dissertação da *GM*, também é apresentado o termo em questão, e Nietzsche utiliza para tratar sobre a “origem da *responsabilidade*” (*GM* II §2). Neste ponto da obra de 1887, o próprio filósofo indica três aforismos de *Aurora* como sendo “o imenso trabalho que denominou moralidade do costume” (*GM* II §2), os aforismos §9, §14 e §16. O §9 ganha maior destaque por sua extensão e por servir ao papel do próprio “conceito da moralidade do costume”. Os aforismos nos ajudarão a comparar as obras.

Já no início do §9, nos é apresentado uma questão (ou melhor, uma reflexão) um tanto quanto curiosa:

Em relação ao modo de vida de milênios inteiros da humanidade, nós, homens de hoje, vivemos numa época muito pouco moral: o poder do costume está espantosamente enfraquecido, e o sentimento da moralidade, tão refinado e posto nas alturas, que podemos dizer que se volatizou. (NIETZSCHE, 2016, p.16)

O que se pode extrair daqui? Por que nós, homens de hoje, vivemos em uma época muito pouco moral se comparados ao modo de vida de povos que viveram milênios antes? O que vem depois, parece ser a resposta que procuramos: com o “poder do costume enfraquecido” e o “sentimento da moralidade” posto nas alturas – esta parece ser a justificativa para a *pouca* moralidade dos homens de hoje em relação aos mais antigos. Mas o que querem dizer esses

termos que Nietzsche afirma estarem “enfraquecidos” ou “posto nas alturas”?

Nos são apresentados dois conceitos importantes, a saber, o conceito de *moralidade* e o conceito de *costume*. Diz: “a moralidade não é outra coisa (e, portanto, não mais!) do que obediência a costumes, não importa quais sejam.”, e os “costumes são a maneira *tradicional* de agir e avaliar.” (NIETZSCHE, 2016, p.17). A partir daqui, voltamos à afirmação: “sentimento da moralidade está nas alturas”; poderíamos, então, substituir este trecho pelo conceito que nos foi dado pelo autor: “sentimento *da obediência a costumes* está nas alturas”. E, também, da mesma forma, o trecho “poder do costume está enfraquecido”, se tornaria “o poder da *maneira tradicional de agir e avaliar* está enfraquecido”. A tradição é o que define o círculo da moralidade (*Aurora* §9), pois “em coisas nas quais nenhuma tradição manda não existe moralidade” (NIETZSCHE, 2016, p.17). A tradição parece surgir como aquela que atua pela manutenção de sua própria existência; e sua própria existência está diretamente ligada à obediência aos costumes de um povo, o que se resume à sua maneira de agir e avaliar. Entretanto, tudo (pessoas, ações ou valorações) o que se apresenta como individual, único, que pensa em si ao agir e avaliar é considerado inimigo da comunidade, inimigo da tradição e, assim, inimigo da manutenção do povo: “O homem livre é não moral, porque em tudo quer depender de si, não de uma tradição: em todos os estados originais da humanidade, ‘mau’ significa o mesmo que ‘individual’, ‘livre’, ‘arbitrário’, ‘inusitado’, ‘inaudito’, ‘imprevisível’” (NIETZSCHE, 2016, p.17). Mas então o que é a tradição?

O que é a tradição? Uma autoridade superior, a que se obedece não porque ordena o que nos é útil, mas porque *ordena*. – O que distingue esse sentimento ante a tradição do sentimento do medo? Ele é o medo ante um intelecto superior que manda, ante um incompreensível poder indeterminado, ante algo mais do que pessoal – há *superstição* nesse medo. (NIETZSCHE, 2016, p.17, grifo do autor)

Essa autoridade superior atua com o sentimento do medo para se fazer efetiva, ou seja, possui instrumentos de coerção resguardados pelos próprios costumes: e há superstição nesse medo. A *moralidade*, ou melhor, a *obediência a costumes* tem como base fundamental o supersticioso medo imposto pela tradição. Como nos diz Zattoni, “Não há um fundamento para a autoridade da tradição, trata-se de um puro exercício de poder, o qual não tem finalidade outra senão a manutenção da própria existência” (ZATTONI, 2017, p.37). Manter uma comunidade fiel aos seus próprios costumes pelo mais longo tempo possível parece ser o que faz a tradição. Não havendo fundamento para a autoridade exercida pela tradição, esta torna-se praticamente um fim em si mesma, para a sua própria manutenção e, como diz no aforismo §16, parece-nos que o seu único objetivo é “manter na consciência a permanente vizinhança do costume, a ininterrupta obrigação de observá-lo.” (NIETZSCHE, 2016, p.22). Então temos, até agora, algumas considerações para tentar entender aquele nosso primeiro questionamento – o porquê do homem de hoje ser pouco moral em relação aos mais antigos. A tradição, no fim das contas, é o que determina o quanto moral é um povo. O poder dos costumes tem de ser forte para que assim seja possível transmitir sempre aos herdeiros de uma comunidade uma finalidade para manutenção dela mesma. Com a medida da força do poder dos costumes tem-se, podemos dizer, o grau do sentimento da moralidade. Ou seja, quanto mais forte⁸ é a maneira tradicional de agir e avaliar, mais próximo dos integrantes da comunidade estará o sentimento da moralidade, da obediência aos seus costumes. Pois, segundo Nietzsche:

Originalmente fazia parte do domínio da moralidade toda a educação e os cuidados da saúde, o casamento, as artes da cura, a guerra, a agricultura, a fala e o silêncio, o relacionamento de uns com os outros e com os deuses:

8. A *força* da maneira tradicional de agir e avaliar, é entendida aqui como a intensidade com que os costumes interferem na vida da comunidade: se estão presentes em quase todo o agir, se são coercitivos, se comandam toda a direção da vida dos indivíduos da comunidade, etc.

ela exigia que alguém observasse os preceitos sem pensar em si como indivíduo. Originalmente, portanto, tudo era costume, e quem quisesse erguer-se acima dele tinha que se tornar legislador e curandeiro, e uma espécie de semideus: isto é, tinha de criar costumes. (NIETZSCHE, 2016, p.17, grifo do autor)

Entendemos esse “originalmente” como referente àquele “modo de vida de milênios inteiros da humanidade”, ou seja, aos primeiros passos do ser humano a caminhar em comunidade, como civilização. Num estado *original* tudo era dominado pela moralidade, ou seja, pela obediência aos costumes; e a esses costumes não era lícito agir pensando apenas em si como indivíduo: primeiramente devia-se beneficiar a comunidade como um todo, devia-se providenciar que seguisse vigorando com toda força os costumes: “o indivíduo deve sacrificar-se – assim reza a moralidade do costume.” (NIETZSCHE, 2016, p.18). Quanto mais há o sacrifício dos indivíduos mais moral torna-se uma comunidade.

A moralidade do costume serve como uma espécie de coerção contra o indivíduo que quer se sobressair perante a comunidade: através do sentimento do medo, a própria tradição mantém o funcionamento da moralidade do costume. Mas então, nos dias que seguem (da época de Nietzsche ou até mesmo a nossa) ainda é possível perceber essa coerção por conta da moralidade do costume? Percebemos o sentimento do medo ante a tradição? Ou todas essas percepções nos soam estranhas, grosseiras?⁹ Afinal, parece ser este o indicador daquela nossa primeira questão. Certamente não se enxerga todo esse sacrifício aos costumes, esse sacrifício do que é individual para o bem estar coletivo, esse sacrifício *radical*, na modernidade. Talvez fosse esse o ponto que Nietzsche quis demonstrar no início do aforismo, pois se nos compararmos, homens

9. Por isso vêm a ser difíceis para nós, que nascemos tardiamente, as percepções fundamentais sobre a gênese da moral; se apesar disso as alcançamos, elas nos ficam presas à garganta e não querem sair: porque soam grosseiras!” (NIETZSCHE, 2016, p. 16 - 17)

de hoje, aos homens de milênios atrás, realmente somos pouco morais. Afinal, somos herdeiros de Sócrates!

Já os moralistas que, como os seguidores das pegadas de Sócrates, encarecem no indivíduo a moral do autodomínio e da abstinência como a *vantagem* mais sua, como a sua chave pessoal para a felicidade, *constituem a exceção* – e, se nos parece diferente, é porque fomos educados sob sua influência: todos eles andam por um novo caminho, sob a total desaprovação dos representantes da moralidade do costume – afastam-se da comunidade, como imorais, e são maus na mais profunda acepção. Para um virtuoso romano da velha cepa, todo *cristão* que “antes de tudo cuidava de *sua própria* salvação”, – parecia mau. (NIETZSCHE, 2016, p.18, grifo do autor)

Mas se contrapormos, na perspectiva da *moralidade do costume*, indivíduo e comunidade, o que seria possível extrair desse conflito? Bom, percebemos que, segundo Nietzsche, a moral do individualismo é vista com repugnância pelos defensores da moralidade do costume. Em vista disso, há um conflito em que a própria comunidade, com seus meios coercitivos, tentará coibir a elevação do ser que assim ousar agir por conta de sua individualidade: “A comunidade pode instar o indivíduo a reparar o dano imediato que sua ação acarretou” (NIETZSCHE, 2016, p.18). E aqui, temos o castigo. Os indivíduos então, por conta dessa coerção social, tendem a se rebaixar para se adequar a tais exigências dos costumes. Mas caso haja indivíduos de extrema força pessoal, poderiam estes criar novos costumes e, até superar aquele que já vigoravam? Sim! Mas como? Através da *loucura*. Se não houvessem tais indivíduos, como então seriam possíveis as várias mudanças e transformações dos valores ao longo da história da humanidade? Certamente, os seres que se impulsionaram a criar novos valores, o fizeram “em horripilante companhia: em quase toda parte, é a loucura que abre alas para a nova ideia, que quebra o encanto de um uso e uma superstição venerados” (NIETZSCHE, 2016, p.20).

Percebemos então que torna-se possível dois caminhos aos indivíduos que se sobressaem perante a moralidade do costume: primeiro, o indivíduo se rebaixa e se adapta, sofrendo os meios coercitivos e talvez até *elevando* o sentimento de arrependimento, cedendo ao medo ante a *tradição* e mantendo assim os costumes que vigoram; ou, em segundo, o indivíduo mantém sua posição individual perante a comunidade a fim de criar outros valores que não aqueles que vigoraram até então: mas como obter sucesso neste segundo caso sem perecer mediante à moralidade do costume e sua tão branda eficiência em coerção social? E sim, Nietzsche nos apresenta a *loucura* como resposta. Citando até Platão, o filósofo alemão endossa sua tese acerca da loucura – aproximando-a do gênio e da sabedoria (*Aurora* §14). Então, todo aquele que pretendesse valorar para além do que já estava colocado teria de ser louco ou assim parecê-lo:

Avancemos mais um passo: todos os homens superiores, que eram irresistivelmente levados a romper o jugo de uma moralidade e instaurar novas leis, não tiveram alternativa, *caso não fossem realmente loucos*, senão tornar-se ou fazer-se loucos – e isto vale para os inovadores em todos os campos, não apenas no da instituição sacerdotal e política: – até mesmo o inovador do metro poético teve de credenciar-se pela loucura. (NIETZSCHE, 2016, p.21, grifo do autor)

E para combater e suplantar a moralidade vigente, a loucura passa a ser vista como algo divino juntamente com o “sentimento da inocência e mesmo da santidade de tal reflexão e propósito” (NIETZSCHE, 2016, p.21). E então tornam-se loucos aqueles que deixaram sobressair sua individualidade perante a comunidade, o que resultou em ações de sofrimento, resistência e abstinência de, provavelmente, coisas comuns e que seriam caras à comunidade: um indivíduo que assim conseguisse fazer, certamente seria tido como louco, e teria seu mérito para levar adiante seu *trabalho* para a criação dos novos costumes.

Algumas dessas ações seriam: “jejum absurdo, prolongada abstenção sexual, ir para o deserto ou subir a uma montanha ou um pilar, ou ‘pôr-se num velho salgueiro com vista para um lado’ e não pensar em nada que não produza arrebatamento e confusão espiritual” (NIETZSCHE, 2016, p.21). Com a loucura o indivíduo consegue se livrar daquele olhar suspeito que seria passivo caso não estivesse sob sua dominação; parece possível (com a loucura) inibir os meios que a própria moralidade utiliza para manter a si própria: a própria moralidade do costume sucumbe à *loucura*.

Nesse sentido, a loucura é tomada praticamente como uma medida para que o indivíduo não seja anulado sob a marca da “maldade” e da “imoralidade”. O louco, nesse contexto, marca também aqueles que, de alguma forma, devem-se colocar no papel de liderança de uma comunidade. (ZATTONI, 2017, p.39)

Toda a discussão que apresentada, constitui a relação do indivíduo e da comunidade com a moralidade do costume. Nietzsche constata que houve épocas anteriores da história da humanidade em que se sacrificava tudo aquilo que fosse de ordem individual para a manutenção do costume que estava em vigor. Sobre a coerção, a relação da própria moralidade com as rotinas dos seres da comunidade, como esta moralidade estava presente em tudo o que se produzia, agia ou falava. Todo esse mecanismo é a *moralidade do costume*. Entretanto, com um sistema tão feroz e eficiente em sua manutenção, ainda assim foi-se possível transportar a humanidade de um costume para outro: esse transporte se deu, quase sempre, por indivíduos que se elevaram perante a comunidade. Para que não fossem as vítimas da coerção social da moralidade, utilizaram-se da loucura.

Contudo, não significa dizer que estamos livres da moral nos dias de hoje: significa que esta deixou de ser totalmente cunhada pela obediência aos costumes de maneira totalitária no âmbito das atividades sociais. O

homem de hoje é apenas pouco moral em relação àquele período em que a moralidade do costume reinou com maior quantidade de força.

A moralidade do costume encontra sua justificativa e sentido na tarefa mais imediata de tornar o ser humano uniforme e previsível (*GM II §2*). O homem é aquele animal que a natureza concebeu para que pudesse fazer promessas: o homem se tornou confiável, foi capaz de prometer e assim pôde criar um sistema de consolo através de sua razão. Visto diante de um mundo de acasos diversos, de perigos inimagináveis, os homens conseguiram tornar-se um conjunto de *iguais* confiáveis entre si, assim as intempéries do próprio mundo não causariam tanto temor. O homem tornado confiável foi capaz de iniciar a vida em sociedade e, com ela, a moralidade do costume, podendo, através da sua capacidade de manutenção, imaginar um possível futuro.

Mas quanta coisa isto não pressupõe! Para poder dispor de tal modo do futuro, o quanto não precisou o homem aprender a distinguir o acontecimento casual do necessário, a pensar de maneira causal, a ver e antecipar a coisa distante como sendo presente, a estabelecer com segurança o fim e os meios para o fim, a calcular, contar, confiar – para isso quanto não precisou antes tornar-se ele próprio *confiável, constante, necessário*, também para si, na sua própria representação, para poder enfim, como faz quem promete, responder por si *como porvir!* (NIETZSCHE, 2015, p.44, grifo do autor)

Que outra coisa seria, então, a moralidade do costume senão a constatação dessa forma em que o homem trata o mundo, as pessoas e a si mesmo? Com a moralidade do costume tudo é confiável, constante, necessário. A reflexão que encontra-se na obra de 1881 é extremamente indispensável – fato esse porque o filósofo o cita em sua obra de 1887 (*GM II §2*) – para compreender e interpretar ao menos o início da discussão proposta pela segunda dissertação da *GM*. Com a explicação da complexidade do

que Nietzsche determinou como *moralidade do costume* encontramos um fundamento, segundo Nietzsche, para a previsibilidade do ser humano em seu convívio na comunidade. A segurança que a confiança traz nas relações interpessoais entre um indivíduo e outro (sejam essas relações de comércio ou de afetos em geral, por exemplo) faz com que o homem sinta-se apto para estabelecer relações de trocas com seus semelhantes, uma vez que a promessa estabelecida nestas relações evita (ou ao menos pretende evitar) o não cumprimento destes acordos¹⁰. Conseguimos perceber, então, a forte relação entre ambas as obras de períodos diferentes.

SENTIMENTOS MORAIS

Com a perspectiva acerca dos *sentimentos morais*, apresentados em vários aforismos de *Aurora*, traçaremos um paralelo com algumas reflexões da *GM*. Focaremos, nesta parte, nossa discussão sobre os aforismos §33, §34, §35 e §563 de *Aurora*. Destes, apenas o §34 faz menção direta ao termo *sentimento moral*, inclusive em seu título; o restante apresenta uma reflexão a respeito do *sentimento* enquanto tal – o que tentaremos relacionar com o próprio sentimento moral. Contudo, começaremos com o §33, pois além de apresentar uma primeira reflexão sobre o *sentimento moral*, também aqui se faz referência à moralidade do costume, servindo de intermédio entre os dois temas.

Sob o jugo da moralidade do costume, portanto, o homem despreza primeiramente as causas, em segundo lugar, as consequências, em terceiro, a realidade, e tece

10. Com isso, temos a “origem da responsabilidade” (NIETZSCHE, 2015). A partir do momento que os homens estabelecem relações de trocas entre si, surge a responsabilidade do cumprimento de suas promessas. Disso pode-se desenrolar o castigo para aqueles que não cumprem tal acordo. Na moralidade do costume, o acordo é feito entre indivíduo e comunidade.

com todos os seus sentimentos superiores (de reverência, de elevação, de orgulho, de gratidão, de amor) *um mundo imaginário*: o chamado mundo superior. (NIETZSCHE, 2016, p.33, grifo do autor)

Como foi possível que o homem chegasse a conclusões *metafísicas* ou até divinas, conclusões distantes praticamente inventadas sobre alguns aspectos da vida? Como, apesar da conclusão, chegou às causas *fantásticas* acerca de tais acontecimentos? Essas parecem ser as perguntas que são respondidas pelo aforismo; ou, se não são respondidas, são, ao menos, elucidadas em seus aspectos *fantasiosos*.

Imaginemos uma comunidade que se mantém sob a grande força da moralidade do costume, na qual tudo é costume. Imaginemos que ocorra algum *ato* da natureza, ou algum desastre natural, algo que seja desproporcional à constância com que tal comunidade levava sua rotina. De acordo com Nietzsche, o mais provável é que a comunidade veja o acontecimento como algo além da compreensão – ou que algum deus tenha se irritado ou que algum humor demoníaco tenha se exaltado. Assim, o pensamento dominante é o de que os costumes foram corrompidos, infringidos ou até de que novos costumes tenham de ser criados para saciar o ânimo divino e, assim, acalmar as agitações. Despreza-se as causas naturais desses acontecimentos porque toda a comunidade está contaminada sob o jugo da moralidade do costume, invertendo assim o intelecto humano (*Aurora* §33). Sob este *feitiço*, ignora-se as verdadeiras causas.

E, logo depois, tão próximo das causas surge uma solução fantástica para as *consequências* naturais. Quais as consequências de um ato natural? Tomemos o próprio exemplo que Nietzsche nos apresenta: “Prescrevem-se, por exemplo, determinados banhos em determinados momentos: o indivíduo não se banha para ficar limpo, mas porque está prescrito.” (NIETZSCHE, 2016, p.32). Obedecer a mandamentos que estejam prescri-

tos, que estejam impregnados de certa forma ao costume, só porque estão prescritos: isso é ignorar a real consequência (embora haja casos em que a consequência parece ser a manutenção do costume)¹¹. Mas com esse raciocínio, todos os atos têm como consequência, ou melhor, *parecem* ter como consequência a manutenção do costume, mesmo quando tais consequências das ações são realizadas por motivos mais simples, como a limpeza do corpo perante o ato de tomar banho. Para a moralidade do costume, a prescrição dos costumes é a consequência de sua própria ação: obedece-se porque está prescrito. Em um terceiro momento (depois de fantasiar a *causa* e a *consequência*), aplicamos às coisas significados de segunda ou terceira ordem e assim fantasiamos também sua própria realidade:

Oprimido por um supersticioso temor, desconfia que essa lavagem da impureza tenha uma importância maior, atribui-lhe um segundo e um terceiro significados, estraga seu próprio sentido e gosto pelo que é real, terminando por considerá-lo valioso apenas *na medida em que pode ser símbolo*. (NIETZSCHE, 2016, p.32 – 33, grifo do autor)

Seguindo ainda o exemplo do banho, o realizamos não pelos benefícios que nos traz objetivamente, mas para evitar alguma ira divina. E com o temor que é causado por esta suposta possibilidade da ira divina, enxergamos uma atividade da realidade (como o ato de tomar banho) através de um significado outro que acaba por incorporar a própria realidade, ou seja, enxergamos apenas como símbolo. E onde vem a ser valioso este símbolo? Apenas no *mundo superior*, no mundo das divindades. O homem tece um mundo superior, uma realidade superior apenas quando seu sentimento se apresenta elevado: “onde o sentimento de um homem

11. No aforismo §16 de *Aurora*, Nietzsche dá exemplos de costumes, no mínimo bizarros, os quais uma comunidade específica mantinha: “entre os Kanchadals, nunca raspas a neve dos sapatos com uma faca, nunca espetar um carvão com uma faca, nunca botar um ferro no fogo – e a morte leva aquele que infringe tais coisas!” (NIETZSCHE, 2016, p. 22)

se eleva, de algum modo entra em jogo esse mundo imaginário” (NIETZSCHE, 2016, p.33). Mundo imaginário aqui se refere ao *mundo superior*. Ou seja, o sentimento humano, quando elevado, enaltece e revela um mundo outro, inventado, superior; e tudo isso se dá com a total ignorância das reais causas e consequências naturais, e com o desprezo da realidade. Todo esse processo ocorre sob o jugo da moralidade do costume. Eis porque compreendemos esse sentimento superior do homem como referente ao sentimento moral: todo o jogo da moral – e, mais ainda, da *tradição* – está presente em sua criação. Poderíamos estabelecer algum paralelo entre o sentimento moral e um tema da segunda dissertação da *GM*, a saber, a “má consciência”? Pois, na medida em que o sentimento superior do homem se estabelece, temos um equívoco no raciocínio: se desprezamos as reais causas, as consequências e, depois, desprezamos a realidade, não seria isso justamente fruto de uma má consciência? Posteriormente voltaremos a esse paralelo; o que nos cabe dizer aqui é que sob o jugo da moralidade do costume o homem teve de se habituar à obediência da tradição, mesmo que esta fosse contrária aos seus instintos.

Retomando aos sentimentos morais, como é que os apreendemos? Como percebemos nos aforismos §34 e §35, os sentimentos morais nos são transmitidos por meio da imitação que, quando crianças, praticamos para com quem nos está próximo. Assim, um sentimento moral nada tem de original da própria pessoa: no fundo é uma imitação que se arrasta desde a infância. “Claramente os sentimentos morais são transmitidos deste modo: as crianças percebem, nos adultos, fortes inclinações e aversões a determinados atos, e, enquanto macacos natos, *imitam* essas inclinações e aversões.” (NIETZSCHE, 2016, p.33, grifo do autor). Inclinações e aversões são imitadas pelas crianças ao perceberem tais atividades nos adultos. Se uma pessoa adulta tem uma espécie de reação ante algum acontecimento,

seja ela de repulsa ou de predileção, certamente essa reação será imitada pela criança.

Façamos uma breve pausa no raciocínio do aforismo em si, para destacarmos outro elemento importante: quando se fala em *inclinação* ou *aversão* é totalmente possível correlacioná-los ao *bom* e *ruim* e/ou ao *bom* e *mau*. Não por coincidência este é o título da primeira dissertação da GM. Toda aquela (re)ação a qual nos vemos inclinados, sentimos como boa; toda aquela ação a qual nos revela aversão, sentimos como má ou ruim. A rigor, então, se pegarmos os termos da genealogia, são nossas valorações a respeito do que é bom ou ruim (ou, ainda, bom ou mau). Então, enquanto crianças, copiamos aquilo que os adultos entendem e praticam como bom e mau e assim também o sentimos. Nossos sentimentos morais estão totalmente interligados à maneira de valorar dos adultos que nos cercam. E, sobre esses temas, a saber, bem e mal, inclinações e aversões, sentimentos morais: sobre isso, ao longo da história, se refletiu de maneira precária.¹²

Uma coisa distinta dos sentimentos morais são os conceitos morais. Pois “aqueles são poderosos *antes* da ação, estes *depois* da ação, em vista da necessidade de pronunciar-se sobre ela.” (NIETZSCHE, 2016 p.33, grifo do autor). Os *sentimentos morais* são poderosos antes da ação porque se dão apenas no momento em que sequer podemos ‘agir’ por conta própria; enquanto crianças, antes de conseguirmos agir, primeiro imitamos ações (e não só ações) dos adultos que nos cercam. Depois de sentirmos as inclinações e aversões que nos foram passadas, ou seja, depois que já estamos plenos desses afetos apreendidos (*Aurora* §34) e já não somos crianças, percebemos uma necessidade de *justificação* para aqueles sentimentos que já estão impregnados em nós e nos dão impulsão – mesmo que inconsciente – para agir de tal e tal modo: pois, a partir daqui, temos a consci-

12. No Prólogo §3, de *Aurora* Nietzsche (2016, p.10) afirma: “Até agora, foi sobre o bem e o mal que se refletiu da pior maneira.”

ência da ação que praticamos, embora desconheçamos suas justificativas. E só então, a partir disso, é que elaboramos os conceitos morais. Mesmo que não nos seja consciente que tais sentimentos morais assim nos foram transmitidos, procuramos a elaboração de conceitos acerca desses sentimentos sem levar em conta o processo em que se ocorre sua criação (ou transmissão). Assim, conseguimos estabelecer uma espécie de regra que nos conforta perante tal sentimento: eis mais uma consolação que nos proporciona a utilização da razão – *ou seria a sua inutilização?* Por isso, após essa reflexão, nos vem a ser importante a afirmação de que: confiar em seus próprios sentimentos é a coisa menos original que se faz um indivíduo. Pois, a rigor, tal sentimento não é próprio do indivíduo mas aos seus antepassados, talvez, tão antigos que fogem ao seu horizonte. Dar voz aos seus sentimentos, ou melhor, às suas aversões ou inclinações, não se configura algo de original em sua pessoa: há muito mais de seu próprio passado, como ser humano (ou humanidade) do que de seu aspecto particular individual. Assim, Nietzsche diz: “Confiar no sentimento – isto significa obedecer mais ao avô e à avó e aos avós deles do que aos deuses que se acham *em nós*: nossa razão e nossa experiência.” (NIETZSCHE, 2016, p.34, grifo do autor).

Por fim, vamos ao aforismo §563, intitulado *A ilusão da ordem moral do mundo*. Aqui é feita uma reflexão acerca da culpa e do *sentimento da culpa*. Através deste afeto, Nietzsche nos apresenta uma importante perspectiva para entender o *grau* em que atua o sentimento moral¹³. Pois, tudo aquilo que é sentido não é a coisa mesma enquanto tal, ou seja, voltando ao *sentimento superior* (que ressaltamos no §33, de *Aurora*): o sentimento superior não é a própria superioridade e acreditar o contrário é uma ilusão terrível. Nietzsche nos apresenta essa perspectiva ao tratar da culpa, e achamos

13. Entendemos o *sentimento da culpa* como um tipo de *sentimento moral*.

oportuno a sua aplicação para relacionar aos sentimentos morais.

Numa realidade, tal como a de Nietzsche (e também a nossa), cristã a qual o pecado original está presente, também nos é transmitido o sentimento da culpa. O homem é um ser que já nasce através do pecado original; logo a própria existência mesma já é digna de culpa. Essa é uma generalizada reflexão cristã. A partir daí, nos é transmitido esse sentimento que se configura como a culpa. A inclinação que imitamos nos faz aflorar esse sentimento da culpa.

Não há nenhuma necessidade eterna que exija que toda culpa seja paga e expiada – foi uma ilusão terrível, útil num grau mínimo, crer que tal coisa existisse –; assim como é uma ilusão que seja culpa tudo aquilo que é sentido como tal. Não as coisas, mas as opiniões sobre as coisas que não existem, perturbaram dessa forma a humanidade. (NIETZSCHE, 2016, p. 248 – 249, grifo do autor).

Acerca do que sentimos sobre as coisas criamos opiniões não sobre os sentimentos, mas sobre as coisas mesmas. É essa a perturbação de que afirma Nietzsche. Os conceitos que se criam sobre o sentimento moral¹⁴ são conceitos que se acreditam sobre a própria moral. Emitimos opiniões em relação aos nossos sentimentos morais afirmando ser a própria moral, e não o sentimento. As inclinações e aversões atuam em relação ao sentimento a respeito de uma coisa e não diretamente sobre a coisa mesma. O sentimento da culpa que nos é transmitido através dos adultos, enquanto ainda crianças e não a culpa mesma. E mais tarde justificamos o *sentimento da culpa* como se estivéssemos justificando a culpa mesma, o que é completamente diferente, uma peça que o intelecto nos prega, uma inversão da racionalidade do pensamento. O que definimos como sendo nosso sentimento da culpa não é o próprio conceito da culpa: tem antes muito mais a ver com o sentimento. E qual seria a origem

14. Tal como destacamos do aforismo de *Aurora* §34.

desse sentimento? Voltamos ao tema da má consciência. Pois na *GM*, Nietzsche afirma que “O castigo teria o valor de despertar no culpado o *sentimento da culpa*, nele se vê o verdadeiro *instrumentum* dessa reação psíquica chamada ‘má consciência’” (NIETZSCHE, 2015, p.64, grifo do autor). O castigo então desempenharia um papel para despertar o sentimento da culpa: pois aquele que é castigado (há várias formas de se castigar!) teria sua vida (em sociedade) dificultada em vários aspectos. Então, o homem passa a *reprimir* os instintos básicos de sua constituição, pois percebe nisso uma potencial transgressão àqueles os quais podem lhe castigar. E, conforme diz Nietzsche, “todos os instintos que não se descarregam para fora *voltam-se para dentro*” (*GM II §16*, grifo do autor); dessa maneira o homem se interiorizou e tornou-se profundo. Como diz Feiler:

Os de espírito abatido e recalcitrantes são subjugados por um espírito reativo. Ao invés de manifestarem e expressarem todas as suas pulsões internas, as retêm para si. Este movimento para trás, produzido pelas pulsões instintivas, desencadeia um sentimento de pôr-se contra si mesmo. Os obstáculos à ação consistem em interditos postos pela moral que, ao invés, de avançar, recua; ao invés de agir, reage. (FEILER, 2018, p.461 e 462)

Os instintos que são descarregados para o interior do homem causam uma enorme “confusão” na maneira de sentir. O homem agora, segundo Nietzsche, possui uma “sinistra doença”, a saber, “o sofrimento do homem *com o homem, consigo*” (*GM II §16*, grifo do autor). Desse modo, entendemos que o ser humano cria para si mundos imaginários (como apresentamos no §33) porque percebe que, no mundo em que se encontra, seus instintos não conseguem saciar a si próprios externamente a todo momento, principalmente quando há o temor de recorrer em transgressão à tradição; dessa forma, a descarga que volta-se para o interior desagua-se na má consci-

ência da própria vida. Com os sentimentos morais, Nietzsche inicia uma reflexão que depois irá contribuir para a perspectiva da má consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O passado da humanidade, enquanto seres gregários, passa pela moralidade do costume. E Nietzsche considera essa perspectiva tanto em *Aurora* quanto na *GM*. Já os sentimentos morais nos surgem como uma espécie de ideia falsa acerca do que realmente intuímos sobre as justificativas de nossas ações perante o costume. A reflexão a respeito das *inclinações* e *aversões*, em *Aurora*, se aproxima da relação *bom* e *mau*, e *bom* e *ruim* que se encontra na *GM*. O próprio filósofo critica a afirmação sobre a origem do “bom” por parte dos *genealogistas da moral* antes dele próprio: em resumo, segundo Nietzsche, estes genealogistas partiam do princípio de que algo era bom porque era útil para a comunidade; depois de um tempo, esse pretexto foi esquecido e passou apenas a segui-los por conta do hábito. Assim, quem praticasse tal ação boa, passaria a sentir-se como o bom¹⁵. O bom não é aquele que pratica o bem: eis o que Nietzsche busca denunciar. “Para mim é claro, antes de tudo, que essa teoria busca e estabelece a fonte do conceito ‘bom’ no lugar errado: o juízo ‘bom’ não provém daqueles aos quais se fez o ‘bem’!” (NIETZSCHE, 2015, p. 16). Entretanto, outro ponto que nos chama atenção é que na própria discussão acerca da *moralidade do costume* identificamos que a *utilidade* nada tem a ver com os costumes, ou seja, a tradicional maneira de agir e avaliar. A tradição ordena não porque

15. “Originalmente’ – assim eles decretam [aqueles genealogistas da moral] – “as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aquele aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram úteis; mais tarde foi esquecida essa origem do louvor, e as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido costumeiramente tidas como boas, foram também sentidas como boas – como se em si fosse algo bom”” (NIETZSCHE, 2015, p.16)

algo é útil, mas simplesmente ordena. A denúncia do filósofo é válida, uma vez que, de acordo com sua perspectiva percorrida, desvenda-se que realmente foram procurados conceitos em lugares errados – assim como o conceito de culpa foi estabelecido através do *sentimento da culpa*.

Há alguns outros pontos de encontro em que as reflexões de ambas obras, parecem conjecturar uma continuidade de ideias, ou um aprimoramento delas. No aforismo §16, de *Aurora*, encontramos uma conclusão que se aproxima da conclusão da terceira dissertação da *GM*. Em *Aurora*: “para reforçar a grande norma com que tem início a civilização: qualquer costume é melhor do que nenhum costume.” (NIETZSCHE, 2016, p.23). Este foi um aforismo que já tratamos em nossa discussão, pois nele Nietzsche apresenta exemplos de costumes de uma comunidade específica os quais não parecem ter serventia alguma para a própria comunidade a não ser manter-se a si próprios como costumes ativos. Só depois é que se chega à conclusão que citamos a pouco. Já na *Genealogia*: “E, para repetir em conclusão o que afirmei no início: o homem preferirá ainda *querer o nada a nada querer*” (NIETZSCHE, 2015, p.140, grifo do autor). Esta é a frase com que Nietzsche finaliza sua obra de 1887. Entretanto, no início da terceira dissertação, conclui a primeira seção também com essa frase. Nota-se a relação entre as conclusões: “Qualquer costume melhor que nenhum”; “querer o nada a nada querer”. O homem preferirá qualquer coisa a não ter o que preferir; qualquer costume *bizarro* será de preferência ao homem caso enxergue apenas como outra opção o não-ter costume. O homem inventará mundos, conceitos, sistemas, valores, deuses, etc., em resumo, criará o *nada* para assim o querer. Não ter o que *querer* nos parece ser o grande temor do homem: de certa forma, a falta de sentido e objetivo da vida é então resumida. Inventar um mundo de fantasias e assim passar a querer tal mundo com todas as forças – o homem inventa o *nada* para ter algo para poder querer.

Por fim, estabelecemos que a proximidade das obras são de fato concebíveis. A obra de 1881 nos aparece como uma espécie de reflexão minuciosa sobre os preconceitos morais. A imagem do ser *subterrâneo* apresentada no prólogo tardio (*Aurora* Prólogo §1) nos parece oportuna: pois justamente nessa obra encontramos as reflexões levadas às suas *últimas consequências*, mas apenas em caráter de denúncia. A perfuração do solo que é a moral rende pensamentos que podem até mesmo soar grosseiros, mas realmente é quase impossível encontrar algo exuberante quando se está no mais profundo subterrâneo. Neste sentido, *Aurora* nos parece uma obra que denuncia e descreve alguns dos preconceitos morais que ninguém teve coragem de enfrentar; descer ao mais profundo não é tarefa fácil. Assim nos diz Geraldo Dias, em seu artigo intitulado *Aurora: uma obra de transição*: “O projeto do livro *Aurora* gira em torno da possibilidade futura de uma liberação e/ou desprendimento da visão moral da existência.” (DIAS, 2014, p.238). E também outro artigo de Daniel F. Carvalho e Gustavo B. B. Costa, nos diz:

O investimento e a expectativa de Nietzsche neste momento de sua produção filosófica [período intermediário], portanto, é o de que o desmascaramento, ou o esclarecimento, acerca da origem das valorações e conceitos, o mostrar a emergência de seus usos, o contexto de seu surgimento, as necessidades que obrigaram o homem a adotá-las, considerá-las úteis (CARVALHO, COSTA, 2015, p.38 e 39).

Assim, como *Aurora* está incorporada no período intermediário, tal citação também se refere a essa obra. Há, baseando nessas citações, um caráter de denúncia mesmo acerca da moral. Já a obra de 1887, que também apresenta como seu tema os “pensamentos sobre a *origem* de nossos preconceitos morais”, fornece-nos uma diferença em relação à obra de 1881: na *GM* Nietzsche já tem em mente e utiliza o conceito de *vontade de*

*poder*¹⁶. Com este conceito – que não nos cabe apresentar ou explicar neste momento – o filósofo tem uma espécie de métrica para calcular e servir de critério para refletir até que ponto um tipo de moral contribui para a vida mesma, ou o quanto ela a enfraquece¹⁷. As reflexões de *Aurora* colocadas sob o crivo da vontade de poder, assim pode-se dizer, acabam por resultar na *GM*. O que nos cabe dizer que esta é uma obra mais *agressiva*, mais completa e com reflexões maduras da filosofia nietzschiana.

16. Além de ser o conceito que define a essência da vida para Nietzsche, também é o que definiria os valores, inclinações e aversões, o bem e o mal de cada cultura: “Muitos países viu Zaratustra, e muitos povos: assim descobriu o bem e o mal de muitos povos. Zaratustra não achou maior poder na terra do que bem e mal. Nenhum povo poderia viver sem antes avaliar; mas, querendo se manter, não pode avaliar como seu vizinho. Muito do que esse povo considerava bom, outro considerava infâmia e escárnio: eis o que achei. Muito achei que aqui era denominado mau, e ali era coberto de honras cor de púrpura. (...) Uma tábua de valores se acha suspensa sobre cada povo. Olha, é a tábua de suas superações; olha, é a voz de sua vontade de poder.” (NIETZSCHE, 2015, p. 57). E de acordo com o índice remissivo da tradução de Paulo César de Souza, da Companhia das Letras, o termo *vontade de poder* aparece seis vezes na *Genealogia da Moral*.

17. “Alguma educação histórica e filológica, juntamente com um inato senso seletivo em questões psicológicas, em breve transformou meu problema em outro: sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor ‘bom’ e ‘mau’? e que valor têm eles? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indício de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro?” (NIETZSCHE, 2015, p. 9)

REFERÊNCIAS

ARALDI, C. Nietzsche como Crítico da Moral. *Dissertatio Revista de Filosofia*, volume 27 e 28, p. 33 – 51, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/dissertatio.v28i0>.

CARVALHO, D. F.; COSTA, G. B. N. O cinza e as cores. Gênese da genealogia de Nietzsche. *Lampejo*, Fortaleza, v.1, n.7, p.28–52, 2015. Disponível em: http://revistalampejo.apoenafilosofia.org/?page_id=712. Acesso em: 14/mar/2019.

DALLAVECCHIA, R. B. Foucault, Nietzsche: teoria do conhecimento, teologia e crítica da modernidade. *Estudos Nietzsche*, v. 5, n.1, p.130–155, 2014. Disponível em <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/ESTUDOSNIETZSCHE?dd1=15258&-dd99=view>. Acesso em 04/jul/2019.

DIAS, G. Aurora: uma obra de transição no conjunto dos escritos de Nietzsche. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, v.1, n.34, p. 231–254, 2014.

FEILER, A. F. Da justiça como princípio de vontade igualitária para a justiça como aumento de potência. Nietzsche e a justiça como meio de inversão da má consciência em aumento da potência afirmadora da vida. *Veritas*. Porto Alegre, v. 63, n. 2, p.458 – 472, 2018. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/30101>. Acesso em: 01/jul/2019.

GIACOIA JUNIOR, O. *Nietzsche*. São Paulo: PubliFolha, 2000.

NIETZSCHE, F. *Além do bem de do mal*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Assim falou Zaratustra*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Aurora – Reflexões sobre os preconceitos morais*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *Genealogia da Moral – Uma Polêmica*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SAAVEDRA, R. A Relação entre a Tipologia do Forte e a Moralidade do Costume em Nietzsche. *Revista aproximação – Revista eletrônica dos estudantes de filosofia da UFRJ*, Rio de Janeiro, v.6, n.6, p.48–55, 2013.

ZATTONI, R. *Genealogia como Crítica em Nietzsche*. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.